**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-4202

ATA da reunião Comissão Sustentabilidade

24ª ata da Reunião da Comissão de Sustentabilidade (CS), realizada no dia 17 de março de 2016, às 8 horas, no Ático da Reitoria II.

Estavam presentes os seguintes membros:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| NOME | UNIDADE | E-MAIL |
| Carolina Assis F. Ferreira | CGA | carolina.fernandes@ufsc.br |
| Gilberto Caye Daudt | DMPI | gilberto.cd@ufsc.br |
| Carolina Cannella Peña | DPAE | Carolina.cp@gmail.com |
| Vilmar Michereff Junior | DCOM |  Vilmar.junior@ufsc.br |
| Marcio Andrade | CGA | Márcio.andrade@ufsc.br |
| Fernando S. P. Santanna | CGA | f.santanna@ufsc.br |
| Rodrigo Gonçalves | SETIC | Rodrigo.g@ufsc.br |
| Camila Poeta | DPAE | Camila.poeta@ufsc.br |
| Sara Meireles | RES | Sara.meireles@ufsc.br |
| Gabriela Zampieri | CGA | Gabriela.zampieri@ufsc.br |
| Ludmilla Abreu | CGA |  |

A Sra. Carolina abriu a reunião explicando que o eixo a ser discutido seria o de Resíduos. Como o Plano de Gerenciamento de Resíduos já tratava de ações e metas, a Sra. Sara optou por elaborar a compilação inicial dos dados para posterior análise da comissão. Passou-se então para a análise das metas e ações desse eixo.

Como primeira meta tinha-se “Fortalecer e adequar a gestão e o gerenciamento dos resíduos convencionais (recicláveis, rejeitos e orgânicos)”, nesse momento a Sra. Carolina ressaltou que estava faltando a quantificação da meta. A Sra. Sara explicou que o restante das metas também estariam erradas, pois usou como modelo um arquivo que a Sra. Gabriela mandou. A Sra. Gabriela desculpou-se e explicou que achava que a Sra. Sara queria um modelo de Word não o modelo das novas ações. No entanto, a Sra. Gabriela entendeu que esse fato não comprometeria a análise pois as metas podiam ser quantificadas posteriormente. A Sra. Sara ressaltou que as metas haviam sido separadas por grandes tipos de resíduos, conforme consta no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A Sra. Gabriela sugeriu que a primeira meta poderia ser alterada parar “X% dos resíduos convencionais (recicláveis, rejeitos e orgânicos) devem ter destinação ambientalmente adequada”. O Prof. Fernando esclareceu que as metas são quantificáveis e as ações são formas de atingir as metas e se colocou a disposição para depois transformar os objetivos colocados em metas quantificáveis. Ficou acordado que as metas seriam quantificadas posteriormente pela Sra. Sara com auxílio da CGA.

A Sra. Carolina apresentou a primeira ação na meta: “Implantar a informatização de dados e a padronização de procedimentos que permitam maior transparência e agilidade, por meio de sistema de informações e divulgação em sítio eletrônicos dos dados e relatórios”. A Sra. Sara explica que a intenção é a criação de um sistema para armazenar os dados e que também possa ser utilizado para acesso das informações por quem quiser. O Sr. Rodrigo acredita que o prazo de 24 meses seja adequado, pois o sistema vai sendo construído aos poucos. Mantem-se a ação como está e altera os indicadores para Nº de meses registrados no sistema.

Passou-se então para a próxima ação: “Desenvolver programas de conscientização no uso de materiais e recursos, visando à gestão adequada dos resíduos gerados, com enfoque na redução do consumo, reuso, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada destes”. A Sra. Sara informou que a parte que estava escrito “dentro dos órgãos governamentais” deveria ser retirada, pois esse seria o texto padrão, e sugeriu incluir a questão do consumo. As sugestões foram acatadas por todos. Sobre a ação a Sra. Carolina explicou que os pontos abordados já estariam incluídas nos cursos de Introdução a Gestão Ambiental e poderia ser incluído também no curso de gestão de resíduos, que já está em desenvolvimento. A Sra. Gabriela perguntou se tratava-se de uma ação com o intuito de promover campanhas ou capacitação, a Sra. Sara ressaltou que essa primeira ação seria mais uma sensibilização dos servidores, portanto uma capacitação e a próxima ação seria mais essa parte da educação ambiental. Portanto acrescentou-se como responsável a Segesp, como indicador o número de servidores capacitados e o prazo de 18 meses.

Na ação seguinte: “Desenvolver ações de educação ambiental especificamente aplicadas às temáticas da separação na fonte geradora, coleta seletiva, atuação das associações, cooperativas junto à população envolvida, incentivando a reutilização e reciclagem, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incentivando a separação de resíduos orgânicos compostáveis, recicláveis e rejeitos, e a reciclagem de materiais e inclusão social dos catadores”, acrescentou-se como responsável a Agecom optou-se por ação contínua. A Sra Sara ressaltou a importância de que para atingir a ação seriam necessárias que todos os itens citados fossem cumpridos. O indicador estabelecido pelo grupo foi “número de campanhas”.

O Sr. Márcio colocou a importância da UFSC propor tecnologias para que se possa ir além da sensibilização, lembrou do Projeto do Biodigestor que está sendo desenvolvido pela Coordenação de Gestão Ambiental e que seria inovador e sustentável, pois produziria gás, biochar e além disso, daria uma destinação adequada aos resíduos orgânicos. Prof. Fernando lembrou que o Sr. Márcio é referência na área.

Com relação à próxima ação “Promover a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, com prioridade nas aquisições de produtos que possam ser reutilizáveis“ a Sra. Gabriela informou que essa questão já estava incluída no eixo Compras, a Sr. Sara solicitou para incluir essa sugestão de texto no outro eixo.

A ação “Promover a capacitação em educação para a sustentabilidade, em conformidade com a PNEA (1999), a fim de apoiar os gestores públicos, sociedade civil e lideranças comunitárias na compreensão dos conceitos e implementação da PNRS, bem como das diretrizes, estratégias e metas dos planos nacional, estadual, municipal e do distrito federal, para colocar em prática a gestão integrada dos resíduos sólidos (Diretrizes e Estratégias para os Resíduos Convencionais, referente ao item 4.1.2 segundo o PLANRS – Estratégia 14) Estratégia 19: Inserir a educação ambiental no projeto político pedagógico das escolas em todo o país, como medida para reduzir a geração de resíduos sólidos, incluindo as instituições de educação superior” tem relação com a inclusão da sustentabilidade e aspectos ligados a resíduos no Ensino. A Sra. Gabriela lembrou que essa ação já estará incluída no eixo geral. Todos concordaram em transferi-la para esse eixo.

Quanto à próxima ação “Implantar sistemas de segregação (recicláveis, não recicláveis, PEVs, papeis, vidros, papelão, metais), com padronização de lixeiras internas e externas e dos locais de armazenamento/pontos de coleta de recicláveis e não recicláveis)” foi optado por separar a ação em quatro distintas. A Sra. Carolina. colocou que a estratégia do Dpae seria fazer um abrigo externo por edificação, no entanto a vigilância sanitária está tendo dificuldade em aprovar , no entanto, o Dpae acredita que para UFSC essa seja a melhor alternativa e está em diálogo com o órgão para a aprovação. A Sra. Sara explica que a vigilância sanitária não poderia ser responsável por dar essas diretrizes, segundo ela deveria ser a Secretaria de Saneamento, que hoje não é muito atuante. Também colocou que ainda não tem plano do município e que não há um responsável por organizar os planos. Diante do exposto surgiu a seguinte ação: Realizar tratativas com a Prefeitura Municipal para que se estruture um setor para dar suporte as demandas de resíduos, integrando a UFSC com esse órgãos específicos”. A Sra. Carolina colocou que os problemas de adaptar os antigos prédios seria a questão do orçamento, nos novos já seria mais tranquilo. Visando facilitar a mensuração, foi decidido separar as ações em: “Implantar sistema de segregação (recicláveis, não recicláveis, pevs, papeis, papelão e metais) com padronização das lixeiras internas e externas”; “ Adaptar os armazenamentos dos prédios existentes.”; “Incluir os armazenamentos nos novos prédios” e “Implantar os armazenamentos finais para os pontos de coleta, que poderia ser só uma plataforma.

Dando continuidade, a Sra. Sara sugeriu passar a ação “Sanear os passivos ambientais ligados a resíduos clandestinos na UFSC (RCC também)” para uma nova meta a ser criada que poderia incluir todas as questões envolvendo os passivos., pois haviam também os resíduos eletrônicos acumulados, entre outros.

A próxima ação “Instituir a Comissão de Coleta Seletiva Solidária e cumprir os requisitos de coleta seletiva dispostos no Decreto 5940/2006” segundo a Sra. Sara foi colocada para garantir a existência dessa comissão, já criada, obrigação por lei, e que tem como objetivos principal fazer o Edital de chamamento para as cooperativas , além de realizar o registro dos dados e das informações. A Sra. Carolina frisou que seria interessante colocar na ação a função da comissão a necessidade de seu caráter permanente. A Sra. Sara sugeriu acrescentar na ação a sua relação com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o decreto 7409, 2010 (Pró-catador). Todos acataram as sugestões.

Nesse momento foi levantada a necessidade de formalizar a existência do setor de resíduos na estrutura da UFSC. Optou-se por transformar em uma ação e colocar na meta relativa ao PGRS.

Passou-se então para aproxima ação “Implantar a coleta seletiva com a participação de cooperativas e associações de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, como prestadores de serviços devidamente contratados, e desenvolvida em parceria com os atores da sociedade civil com o devido pagamento aos catadores pela coleta, triagem e destino final adequado na cadeia de reciclagem, em cumprimento ao Decreto 5940/2006 e ao PLANRS”, o Prof. Fernando questionou a necessidade de colocar o pagamento no texto, a Sra. Sara ressaltou que esse ponto é muito importante para valorizar esse trabalhador que foi por muitos anos marginalizado, e que afinal eles também estariam prestando um serviço, que anteriormente era pago para a Comcap. Optou-se por manter o texto como estava, somente alterando para pagamento a associação de catadores.

Na próxima ação “Incentivar pesquisas e medidas em prol do desenvolvimento tecnológico para a reutilização e reciclagem dos diversos resíduos e sua aplicabilidade em produtos novos, passíveis de reciclagem e com o uso de materiais reciclados, bem como de apoio a associações e cooperativas de catadores e sistemas de tratamento e beneficiamento de resíduos (biodigestores, compostagem, moagem, picagem, etc.)”, a Sra. Sara sugeriu retirar as especificações dos biodigestores, compostagem, picagem, por serem muito específicos e a Sra. Gabriela sugeriu acrescentar a Propesq, as sugestões foram acatadas por todos.

Na ação “Implementar medidas para aproveitamento do potencial dos materiais orgânicos, provenientes de capinação e poda de árvores, restaurantes e lanchonetes” que já havia sido discutida anteriormente sobre a importância dos biodigestores, optou-se por acrescentar a técnica de valorização dos resíduos orgânicos que seria utilizada na UFSC, os biodigestores. Lembrou-se que a priori essa seria mais vantajosa com relação à compostagem contratada que seria em torno de R$40 mil por mês ou a construção de um pátio com condições sanitárias adequadas na UFSC que giraria em torno de 1 milhão. Além das vantagens ambientais, já citadas anteriormente.

Na próxima ação “Implementar melhorias na segregação e coleta seletiva de óleos e gorduras residuais (OGR), com direcionamento para a coleta programada, para produção de orgânicos, de biodiesel de outros subprodutos, a partir de controle dos quantitativos e venda do material”, a Sra Sara argumentou que hoje na UFSC cada lanchonete, restaurante, acaba dando destinação final ao óleo que produz, sem um controle institucional. A Sra. Sara ressaltou que há várias universidades que vendem esse óleo, pois ele tem valor comercial e que a UFSC poderia fazer isso. Nesse sentido a Sra Carolina sugeriu reformular a ação, pois o foco principal seria a criação de um sistema integrado de coleta seletiva de óleos e gorduras. Todos acataram a ideia.

Com relação à próxima ação “Promover campanhas para redução do desperdício de alimentos” a Sra. Gabriela colocou que a USP já tem uma iniciativa nesse sentido que está dando muito certo, além e campanhas com cartazes, também está se dando a possibilidade de repetir quantas vezes o aluno quiser, além de diminuir o tamanho das colheres para se servir. Assim, a Sra Sara sugere que na ação também seja incluído modificação dos equipamentos a fim de reduzir o desperdício.

Passou-se então para aproxima ação: “Adequar o modelo de coleta de resíduos convencionais rejeitos para grande gerador e com pontos de coleta padronizados”. A Sra. Sara explicou que hoje o modelo de contentores exigido pelo município e Comcap é inadequado para a UFSC, pois os contentores se estragam facilmente, sendo que nos últimos anos foram utilizados mais de 800 contentores, o que acarreta em aumento dos gastos pela instituição, além de problemas de logística. Entende que para o UFSC o melhor modelo seria de caixas brooks, pois comportariam mais resíduos de maneira mais adequada.

A próxima ação “Implantar a coleta e valorização de resíduos orgânicos a partir de tecnologias e soluções ambientalmente adequadas e licenciadas (quando necessário)” foi modificada, tendo em vista que uma ação anterior já citava especificamente a valorização dos resíduos orgânicos através da biodigestão. Portanto a Sra. Sara propôs que a ação ficasse “Implantar coleta e destinação de resíduos a partir de tecnologias ambientalmente adequadas e licenciadas (quando necessário)”.

Quanto à próxima ação “Realizar estudos da composição gravimétrica dos resíduos convencionais gerados semestralmente” a Sra. Sara explica que saber essa composição é relevante para saber se o gerenciamento do resíduos está acontecendo de forma adequada, bem como para planejar novas ações. Na UFSC, entende, ser interessante que haja um estudo no período letivo e outro no período não letivo, essa observação é incorporada a meta com a anuência de todos os presentes e o prazo é modificado para 24 meses.

Na próxima ação “Implantar sistema de monitoramento para os pontos de coleta de resíduos e recicláveis a fim de evitar o uso clandestino, e de sinalização para sanear pontos de vício com bota foras” a Sra. Sara explica que esse monitoramento poderia ser realizado através do aumento de segurança e número de rondas, hoje muitas pessoas de fora da UFSC utilizam os espaços como pontos de descarte.

Outro problema levantado foi a questão dos funcionários das contratadas da UFSC que muitas vezes não destinam os resíduos de maneira adequada. Com o intuito de melhorar essa questão sugeriu-se colocar na obrigação dos contratos que as contratadas cumpram o Sistema de Gestão de Resíduos Implantado na UFSC. Nessa ação foram inseridos o DPL, DPC, CGA e RES. A Sra. Gabriela lembrou que o trabalho de inclusão dessas clausula nos contratos das terceirizadas já está sendo realizado a partir da concepção do manual de contratações públicas sustentáveis.

Com relação à ação “Manter e fomentar eventos ligados à temática resíduos na instituição (SCLZ, e outros)” todos concordaram em manter a ação.

Nesse momento passou-se então para a análise da segunda meta “Fortalecer e adequar a gestão e gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde”. A Sra. Sara explicou que nos serviços se saúde estariam englobados os resíduos químicos e hospitalares, e colocou que em reunião posterior transformaria a meta em algo mais quantitativo.

Passou então para a análise da primeira ação “Mapear geradores de resíduos gerados por meio de cadastros digitais atualizados em sistema institucional, para facilitar o monitoramento institucional e para a orientação do usuário” foi sugerida uma pequena correção no texto pela Sra. Sara visando manter a coerências textual e foi sugerido a inclusão da Comunicação no lugar do Labtate, pois foi dito pela Sra. Carolina que quem é responsável institucionalmente por esse setor é a Diretoria de Comunicação da UFSC. De acordo com a Sra. Sara o cadastro nesse sistema será obrigatório e permitirá entender com maior exatidão onde estão localizados os laboratórios, facilitando a gestão. O Sr. Rodrigo sugeriu o aumento do prazo para 24 meses.

Quanto à ação “Realizar o inventário de RSS junto aos geradores, em plataforma digital institucional, com dados atualizados ao menos semestralmente sobre sua geração/tratamento (quando possível)/acondicionamento/armazenamento/coleta/destinação final” a Sra Sara explicou que seria uma continuação da ação anterior, no mesmo sistemas os laboratórios seriam obrigados a prestar ação teria que ser constante, porém o prazo inicial para implantação será de 30 meses.Uma série de outras informações, só dessa forma a coleta seria efetivamente realizada. A Sra. Sara frisou que essa ação “Inserção de informações sobre quantidade média mensal de RSS gerada por grupo de RSS (massa ou volume) e quantidade de RSS tratada no Cadastro Técnico Federal (CTF)” a Sra. Sara explicou que essa é uma exigência do Ibama e que seria interessante colocar como uma obrigação também no PLS. Todos concordaram e a ação permaneceu.

Na próxima ação “Criar sistema de fiscalização informatizado institucional que auxilie o controle dos serviços e gere dados em um sistema mais adequado e programado para gerar gráficos, relatórios e acompanhar os serviços” a Sra Sara explicou também que com os dados conseguidos através dos sistemas anteriores poderiam ser gerados gráficos e coisas do gênero. O Sr. Rodrigo colocou as três ações anteriores poderiam ser agrupadas em uma só, pois todas elas tinham como pressuposto a criação de um sistema de informação que proporcionasse a coleta e controle dos laboratórios. A CGA ficou responsável em agrupar a ação.

Quanto à ação “Estruturar equipe para o acompanhamento das atividades em curso e proposição de sistemas de tratamento, redução, reuso e reciclagem de RSS internos” todos entendem-na como pertinente, porém foi sugerido pela Sra. Gabriela que essa ação fosse integrada a ação de criação do setor de resíduos”, pois trata-se de uma ação que é interessante ser realizada pelo setor, porém necessita de mais funcionários para executá-la. Todos concordaram com a manutenção da próxima ação “Realizar encontros anuais para discussão do tema junto aos geradores”, acrescentando na ação a especificação de eventos relacionados aos químicos e infectantes.

Quanto à ação “Manter canal de divulgação online para trocas e transferências de materiais e equipamentos entre setores, bem como para orientação sobre geração/tratamento(quando possível)/acondicionamento/armazenamento/coleta/destinação final dos RSS” a Sra. Sara explicou que no site atual dos resíduos já há um banco de resíduos, no entanto, afirma que esse não funciona muito bem, pois não há ninguém cuidando do seu controle. A Sra. Gabriela ressalta que para equipamentos patrimoniados já existe o site de materiais ociosos. Portanto todos acordam de alterar a ação para “Manter canal de divulgação online para trocas e transferências de materiais (reagentes e vidrarias) entre setores, bem como para orientação sobre geração/tratamento(quando possível)/acondicionamento/armazenamento/coleta/destinação final dos RSS”.

A ação “Capacitações aos laboratórios e seus usuários sobre procedimentos de segurança, manipulação, geração/tratamento (quando possível)/ acondicionamento/ armazenamento/ coleta/ destinação final” foi mantida e acrescentou CCP como responsável.

Na ação “Criar projeto padrão e executar a construção de abrigos de RSS para os geradores que necessitam devido á periculosidade ou quantidade de material manejado” a Sra. Gabriela lembrou que o Projeto dos Químicos, coordenado pela Prof. Ariane Laurenti, já tem feito estudos no sentido de priorizar ao tratamento dentro dos próprios laboratórios, pois quem produz o resíduos que é majoritariamente responsável por ele. A Sra. Sara coloca que hoje aqui na UFSC a criação de uma central para tratamento de resíduos, como já existe nos moldes da UFRGS e USP é provavelmente inviável, pois não há espaço que atenda as necessidades de segurança no atual Campus Trindade para a sua concepção, um local que poderia ser colocado seria a Fazenda da Ressacada, mas há a questão da distância. De qualquer forma a Sra. Sara explicou que a ideia é fazer pequenos abrigos perto dos maiores geradores e também centrais específicas de tratamento conforme a demanda dos Centros., ressaltou que essa questão ainda está em estudo, principalmente através do Projeto de Resíduos Químicos da UFSC e outra parte já está concebida no PGRS. Assim optou-se por incluir ao final da ação, conforme estipulado pelo PGRS e Projeto de Gestão de Resíduos Químicos e Especiais da UFSC.

Com relação à ação “Mapeamento de Risco e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais junto aos laboratórios e outros geradores de RSS” a Sra. Gabriela afirmou que essa mesma ação já estaria dentro da meta de segurança de trabalho, no eixo qualidade de vida. Todos optaram por excluí-la desse eixo.

O Sr. Márcio colocou que hoje o transporte de resíduos químicos na UFSC e diversas atividades são realizadas sem a utilização de EPI´s específicos o que acarreta risco aos funcionários. Frisou também que pelo menos no passado aqui na UFSC as empresas que trocavam lâmpadas não explicavam aos funcionários o seu correto manuseio e os riscos das lâmpadas fluorescentes, principalmente com relação ao mercúrio. A Sra Gabriela, nesse sentido, sugeriu incluir já nos contratos das empresas contratadas: a utilização de EPI´s e EPC e a realização de cursos tanto pela contratada, bem como pela própria UFSC. Ficou convencionado a inclusão de uma ação com esse intuito e outra sobre a prestação de cursos sobre os perigos das lâmpadas fluorescentes.

Na ação “Adequação dos requisitos de segurança do trabalho, com pagamento de insalubridade em nível máximo aos gestores ligados a RSS, fornecimento de todos EPIs e EPCs adequados, com acompanhamento médico e apoio da segurança do trabalho” a Sra. Sara ressaltou as situações insalubres que ela tem que atuar hoje na gestão de resíduos, disse que a Segurança do Trabalho mandou ela fazer uma série de exames e informou que provavelmente ela está contaminada pelo mercúrio das lâmpadas fluorescentes, haja vista a inadequação dos local e a falta de EPI´s. Todos concordaram a importância da ação, mas foi sugerido separá-la em três ações, uma sobre os EPi´s e EPC´s e cursos exigidos nos contratos das terceirizadas, outra sobre a insalubridade e acompanhamento médico, além dos requisitos de segurança do trabalho para a equipe de trabalho da UFSC e outra da adequação das infraestrutura das lâmpadas, nessa última acrescentando o DPAE e DFO como responsáveis, juntamente como setor de resíduos.

Com relação à ação “Minimizar o uso do mercúrio nos serviços de saúde, incentivando a adoção de procedimentos e a aquisição de equipamentos isentos de mercúrio (ligado a consumo de lâmpadas)” optou-se por retirá-la, pois no eixo energia já havia uma ação com o objetivo de substituir as lâmpadas fluorescentes, por lâmpadas Led. A Sra. Sara solicitou que nessa ação que será deslocada seja incluída a questão dos perigos das lâmpadas fluorescentes a saúde.

Na ação “Elaborar e divulgar manuais visando à compatibilização entre as diretrizes da PNRS e normativa do CONAMA e ANVISA, no que se refere às exigências de elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS ou POPs pelos geradores” a Sra. Sara explicou que pela Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde precisam ter um PGRSS específico, como a gestão de resíduos da UFSC não teria condições de fazer isso, a intenção de elaboração do manual seria dar suporte as unidades para que elaborassem os seus próprios planos. Ação foi entendida como pertinente e foi mantida, somente tirando uma parte do final que entendeu-se como desnecessária ao entendimento da ação.

A próxima ação tem relação com a anterior “Exigir elaboração dos POPs e PGRSS pelos geradores”, só foi sugerido pelo Prof. Fernando sua alteração para “Elaborar e implantar os Pop’s e PGRSS”, incluindo os geradores como responsáveis pela ação.

A próxima ação já havia sido discutida anteriormente “Implantar unidades de tratamento dos resíduos de serviços de saúde para todos os geradores específicos ou centros geradores que congregam diversos semelhantes”, optou-se por acrescentar ao final dela que essa implantação seja realizada conforme o Projeto dos resíduos Químicos que está sendo realizada. Incluiu-se como responsáveis o DFO e DPAE.

Na ação “Reduzir o uso de materiais tóxicos ou suas quantidades de RSS gerados” a Sra. Gabriela sugeriu que para não ficar em forma de meta fosse acrescentado o termo “Planejar e incentivar a redução de materiais tóxicos ou suas quantidades de RSS gerados nos laboratórios”

Quanto à ação “Implantar taxa (de 2,5%?) para gerenciamento de RSS junto a projetos, exigindo que haja capítulo destinado ao tratamento e destinação dos resíduos nos projetos, tccs, dissertações e teses” a Sra. Gabriela explica que hoje existem muitos projetos financiados que utilizam a estrutura da UFSC e ainda geram despesas adicionais, sugere a inclusão na ação de projetos financiados, pois existem projetos que não tem recursos. Prof. Fernando e a Sra. Sara sugerem que seja criado um “Fundo de Resíduos” onde a verba arrecadada seja utilizada para aperfeiçoar a gestão de resíduos da universidade. A Sra Gabriela sugere também que a parte final da ação “Exigir que em todos os projetos, tccs, dissertações e teses que tiverem resíduos envolvidos em sua concepção tenham um capítulo explicando como será dada a correta destinação desses resíduos”. Seja transformada em outra ação.

Na ação “Lançamento dos efluentes provenientes de serviços de saúde em atendimento aos padrões estabelecidos nas Resoluções CONAMA pertinentes (ligada a esgotos)” a Sra. Carolina sugere que seja alterada para “Regularizar o lançamento”, a Sra. Gabriela sugere que essa ação seja incluída no eixo água dentro da meta do lançamento de esgotos. A Sra. Carolina explicou que teriam que ser duas ações diferentes, uma para adequar as instalações já existentes e outra para já implantar a coleta adequada dos efluentes nas novas instalações, conforme padrões a serem definidas. Sugeriu-se alterar a ação para 24 meses, pois a Sra. Carolina explicou que nas novas edificações já seria incluído.

 A próxima ação “Tratamento e disposição Final ambientalmente adequada de RSS, a partir do controle de todos geradores cadastrados e a destinação dada conforme registro no inventário” foi considerada por todos da mesa adequada, somente foi sugerido pela Sra. Sara acrescentar que esse tratamento seja realizado exigindo os certificados de destinação ambientalmente adequados.

Na ação “Criar e centralizar um setor responsável pelo fornecimento de material para acondicionamento e identificação (etiquetas, bombonas, sacos brancos e vermelhos, caixas descarpack e também material para armazenamento como contentores brancos padrão do mesmo fabricante, para facilitar a pesagem)”, a Sra. Gabriela sugeriu incorporá-la na ação que sugere a criação de um setor responsável pelos resíduos e a Sra. Sara acrescentar a GR também como responsável. Todos concordam.

A última ação analisada nessa reunião foi “Definir e nomear em cada departamento um técnico responsável para orientação e gerenciamento do descarte de resíduos químicos”, todos entenderam como sendo uma ação pertinente. A Sra. Sara explicou que esse responsável ajudará na gestão e será interlocutor dos laboratórios como setor de resíduos.

Ficou definida que na próxima semana não haverá reunião, pois na UFSC estarão sem atividades, devido ao feriado do Município de Florianópolis. A próxima reunião dará continuidade a análise no eixo de resíduos em 31/03 (quinta-feira das 14h as 18h) e n dia 07/04 faremos o eixo geral (quinta-feira das 8h as12h).